

## **39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

### **SPG18 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas**

***De morenos e alemães batata a quilombolas e pomeranos:  
reflexões acerca de processos de construção de identidades e políticas de  
reconhecimento e de valorização identitária***

**Maurício Schneider (UFPEl)<sup>1</sup>**

**Evander Eloí Krone (UFPE)<sup>2</sup>**

**Renata Menasche (UFPEl)<sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup> Bacharel em Antropologia (UFPEl). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPEl).

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e em Antropologia (UFPEl), Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE).

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia Social / Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPEl); Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

## INTRODUÇÃO

No sul do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região da Serra dos Tapes<sup>4</sup>, encontramos dois grupos que na atualidade são identificados genericamente como *quilombolas* e *pomeranos*. No entanto, em um passado bastante recente e até mesmo nos dias de hoje, em determinadas circunstâncias outros termos marcadores de distinção são acionados pelos membros desses grupos para demarcar diferenças identitárias.

Desde o final do século XVIII, a Serra dos Tapes foi ocupada por escravos afrodescendentes fugidos de charqueadas, propriedades produtoras de charque<sup>5</sup> instaladas na Planície Costeira – região vizinha à Serra dos Tapes –, onde se localiza a sede do município de Pelotas. Posteriormente, com a abolição da escravatura, outras comunidades quilombolas foram se constituindo nessa região pela posse, compra ou doação de terras, conforme observam Rosane Rubert e Paulo Sergio da Silva (2009).

Já os pomeranos chegaram mais tarde à Serra dos Tapes, a partir de meados do século XIX, por meio de processo de colonização incentivado pelo Estado brasileiro, que também levou imigrantes europeus não-ibéricos a outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil, especialmente para os estados do Sul e Sudeste, como aponta Giralda Seyferth (1992). Os pomeranos constituem-se como grupo étnico, tendo sua origem na Pomerânia – província do antigo Império da Prússia –, território localizado às margens do Mar Báltico que atualmente corresponde às regiões norte da Alemanha e da Polônia. Além dos pomeranos, a Serra dos Tapes também recebeu imigrantes alemães, italianos, franceses e irlandeses. Desse modo, atualmente ali se encontram comunidades formadas por quilombolas e por colonos de diferentes origens étnicas.

Este trabalho traz reflexões construídas a partir de pesquisas etnográficas realizadas nesta região, marcada pela presença de afrodescendentes e de colonos de origem europeia. Recentemente, vêm sendo observadas nesta região diversas ações

---

<sup>4</sup> Localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, a Serra dos Tapes compreende partes dos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul, entre outros. Até o século XVIII, essa região constituía-se como território dos Tapes – do que deriva sua denominação –, povo indígena pertencente à família linguística Tupi Guarani. Posteriormente passou a ser ocupada por comunidades formadas por escravos afrodescendentes fugidos ou libertos do sistema escravocrata e, mais tarde, pela criação de colônias de imigrantes europeus não ibéricos, sobretudo alemães, pomeranos, italianos, franceses e irlandeses (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

<sup>5</sup> O charque – carne de gado salgada e seca ao sol – era produzido em estabelecimentos que receberam o nome de charqueadas, sendo destinado à exportação para outras regiões do Brasil e exterior, utilizado como alimento para escravos.

voltadas ao reconhecimento de comunidades quilombolas e à valorização do patrimônio cultural pomerano. Assim, a discussão aqui apresentada se propõe a refletir sobre os efeitos dessas ações no cotidiano e nas relações das pessoas. Pretende-se com isso refletir também sobre as relações estabelecidas pelos dois grupos, mediadas por tais identidades, e, de modo geral, sobre as relações entre construções de identidades e políticas de reconhecimento e valorização identitárias.

Para tanto, valemo-nos de recortes das pesquisas de mestrado dos dois primeiros autores deste trabalho (KRONE, 2014; SCHNEIDER, 2015), ambas realizadas na Serra dos Tapes. Tais estudos se inserem no quadro de iniciativas de pesquisa realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (GEPAC), vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, da Universidade Federal de Pelotas (LEAA-UFPel). A partir da agenda de pesquisa nominada *Saberes e Sabores da Colônia*, o GEPAC vem desenvolvendo estudos na região da Serra dos Tapes, articulados em torno da Antropologia da Alimentação, do Consumo e do Rural<sup>6</sup>.

## **SITUANDO O UNIVERSO DE PESQUISA**

A pesquisa de Krone (2014) foi desenvolvida em São Lourenço do Sul, município que, na região, é pioneiro na criação de política local de valorização do patrimônio cultural pomerano. Graças a um projeto privado de colonização, a partir de 1858 esta região se tornaria um dos principais polos de ocupação pomerana do Brasil. O processo de ocupação do território se deu de forma compartilhada, especialmente entre imigrantes pomeranos e alemães. No entanto, os imigrantes alemães, apesar de em menor número, ocuparam posições de destaque na vida política e econômica da nova colônia, vindo a estigmatizar e invisibilizar os colonos pomeranos. Nesse sentido, apesar de presentes na região desde meados do século XIX, os pomeranos estiveram durante muito tempo à margem da sociedade local.

Uma tentativa de reverter essa situação começou a ganhar forma a partir dos anos 2000, quando o poder público municipal passou a investir em uma política de valorização do patrimônio cultural pomerano. Foi nesse contexto recente que, em 2008, o

---

<sup>6</sup> Para acessar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, ver: <http://www.ufrgs.br/pgdr/gepac/>.

município instalou uma rota turística rural denominada Caminho Pomerano, somando-se a essa iniciativa a promoção de algumas festas de cunho étnico.

É, porém, preciso notar que, no processo histórico de ocupação da região, estâncias pastoris de proprietários luso-brasileiros ocupavam áreas de planície quando da chegada dos primeiros imigrantes pomeranos e alemães e que, juntamente com a colonização lusa, houve a introdução de elevado contingente de população negra, em condição de escravidão. A população de São Lourenço do Sul se caracteriza, desse modo, pela diversidade étnica, em que predominam pessoas de origem alemã, luso-brasileira, afrodescendentes e pomeranos.

Neste quadro, ao estudar comunidades rurais do interior do município de São Lourenço do Sul e analisar algumas das ações de valorização do patrimônio cultural e sua recepção entre as famílias pomeranas, Krone (2014) evidencia que o poder público local se centra na valorização quase exclusiva do patrimônio cultural pomerano, muitas vezes ocultando o lugar de outros grupos étnicos – especialmente os afrodescendentes – na formação histórica, social e econômica do município.

Ao estudar o processo de construção da negritude em São Lourenço do Sul, Carolina Vergara Rodrigues (2012) ressalta que se por um lado os pomeranos têm, nos últimos anos, recebido grande atenção, por outro as populações afrodescendentes lutam para desconstruir a invisibilidade existente na região. Neste sentido, lideranças negras locais têm questionado a referência do município de São Lourenço do Sul como espaço pomerano, procurando construir um espaço de lutas contra o racismo, a exclusão e a invisibilidade social.

Já o trabalho de Schneider (2015) desenvolveu-se na localidade de Colônia Triunfo e nas comunidades quilombolas do Algodão e da Favila, as duas primeiras situadas no município de Pelotas e a terceira no município vizinho de Canguçu. Esses três espaços situam-se bastante próximos e seus moradores estabelecem diversas e frequentes relações. Utilizam os mesmos equipamentos públicos, como escola e posto de saúde, trabalham juntos nas lavouras de fumo, frequentam as mesmas festas comunitárias e benzedeadas e alguns quilombolas falam o idioma pomerano (língua materna dos imigrantes e mantida pelos descendentes pomeranos).

As comunidades do Algodão e da Favila apresentam origem e situações diversas. O surgimento da Comunidade Quilombola do Algodão, segundo relatam seus membros, remonta há cerca de 150 anos. As famílias quilombolas que hoje integram a

comunidade estabeleceram-se na região pela posse da terra em pequenas áreas separadas umas das outras. Segundo Nilo Dias, presidente desta comunidade, quando, posteriormente, os colonos pomeranos chegaram, dividiram a terra em lotes e ocuparam o território em torno das áreas quilombolas. Essas famílias permanecem vivendo em áreas separadas, que se constituem como pequenos núcleos da comunidade. Em cada um desses núcleos vivem entre três e dez famílias. Os núcleos estendem-se desde a Colônia Triunfo, onde se situa a sede da comunidade, até localidades vizinhas, sempre nos limites dos municípios de Pelotas e Canguçu. Os núcleos também estão ligados através de relações de parentesco entre seus moradores. Entre 2007 e 2008, essas famílias começaram a organizar-se em torno de uma associação, que fez o pedido de reconhecimento da comunidade junto à Fundação Cultural Palmares, com o intuito principal de tornarem-se beneficiárias de programas e políticas públicas do Governo Federal.

Já a Comunidade Quilombola da Favila originou-se da aquisição de território contíguo. Conforme relatam os moradores, o território onde hoje em dia está estabelecida a comunidade pertencia a dois ancestrais de atuais membros: o bisavô paterno e o avô materno do presidente da comunidade, Seu Olívio Dias. Esse território foi transmitido em herança aos descendentes. Conforme esses foram casando, entretanto, a propriedade foi sendo dividida e muitos acabaram vendendo suas frações para colonos pomeranos. Atualmente, cada família possui um pequeno lote de terra, onde produzem fumo. Todos os membros da comunidade possuem, assim, algum grau de parentesco entre si. Muitos também possuem laços de parentesco com membros da comunidade do Algodão, distante poucos quilômetros dali. A comunidade da Favila é igualmente reconhecida como comunidade quilombola, desde 2009, pela Fundação Cultural Palmares. De lá para cá, também essas famílias vêm acessando diversos programas e políticas públicas dos Governos Estadual e Federal.

A Colônia Triunfo está situada no 4º distrito do município de Pelotas, na divisa com o município de Canguçu. A localidade é formada majoritariamente por famílias quilombolas que pertencem à comunidade do Algodão e por famílias de colonos pomeranos. Em geral, essas famílias quilombolas não possuem terras, dispendo apenas das áreas em que se encontram as casas. As famílias pomeranas, por outro lado, vivem em pequenas propriedades familiares, onde cultivam suas lavouras de fumo. Enquanto os

membros da comunidade do Algodão trabalham como diaristas nas propriedades dos colonos pomeranos, as famílias da Favila produzem em suas próprias terras<sup>7</sup>.

Atualmente, as relações entre quilombolas e pomeranos aparecem de forma ambígua. A partir do trabalho e de outras dimensões como a das religiosidades, por exemplo, podemos perceber diversas conexões e partilhas entre os membros desses grupos. Mas igualmente se observam diferenças e conflitos entre eles. Membros dos dois grupos também casam entre si, ainda que não necessariamente suas famílias aprovelem<sup>8</sup>.

As duas pesquisas pautaram-se pelo método etnográfico, com o emprego de observação participante, registro em diário de campo e realização de entrevistas. Procurou-se acompanhar o cotidiano das pessoas em atividades ligadas à esfera do trabalho, nas dinâmicas familiares, rituais religiosos, dentre outros, produzindo, após convivência e trocas com os interlocutores, registros no diário de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, bem como conversas informais junto às famílias. Foi, ainda, produzido registro imagético na forma de fotografias e vídeos. Buscamos, através da convivência e interlocução, gerar conhecimento que propiciasse determinadas reflexões. Compartilhamos, nesse sentido, da concepção de Carlos Rodrigues Brandão (2007), para quem o trabalho de campo é mais do que puro ato científico, mas vivência produtora de conhecimento.

## **MORENOS, ALEMÃES E OUTRAS VARIAÇÕES**

A partir dos dois estudos etnográficos, pode-se perceber que, nesses contextos, *quilombola* e *pomerano* constituem-se como possibilidades dentro de um amplo espectro de termos utilizados como marcadores de diferenças por essas pessoas. Assim sendo,

---

<sup>7</sup> Cabe destacar que, durante muito tempo, a Serra dos Tapes caracterizou-se por uma matriz produtiva associada principalmente à produção voltada ao autoconsumo (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Nas últimas décadas, contudo, a produção de fumo tem se fortalecido entre as famílias rurais, sendo um dos cultivos mais rentáveis e mais presentes na paisagem dessa região.

<sup>8</sup> Na Serra dos Tapes, as relações entre quilombolas e pomeranos não se restringem à localidade de Colônia Triunfo, ao contrário, são presentes por toda a região. Como apontam Patrícia Weiduschadt *et al.* (2013), ali muitos quilombolas falam a língua pomerana e alguns são adeptos do luteranismo, religião predominante entre as comunidades de origem alemã e pomerana. Cabe mencionar fato apontado por Daniel Cassol (2013), que relata a existência, em um distrito rural do município de Canguçu, de dois templos religiosos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), distantes apenas um quilômetro um do outro, sendo um deles frequentado apenas por famílias negras e o outro exclusivamente por famílias de origem alemã e pomerana, segundo.

mostra-se necessário atentar para as demais expressões empregadas, procurando não incorrer em essencialização de identidades.

Reconhecer os termos e expressões locais nos contextos em que são empregados constitui-se como procedimento clássico em Antropologia. Atualmente, contudo, cada vez mais os antropólogos têm reconhecido que suas descrições consistem em versões – e não textos objetivos e finais – sobre contextos de grupos com que entram em contato. Nesse sentido, tal procedimento mostra-se ainda mais necessário. A esse respeito, em pesquisa sobre os modos de vida dos habitantes do Vão dos Buracos, município de Chapada Gaúcha, em Minas Gerais, Ana Carneiro Cerqueira (2010, p.18) chama atenção para a questão de como descrevê-los dialogando com seus próprios procedimentos descritivos. Conforme apresenta:

Meu ponto de partida traduz-se na questão: como descrever o “povo dos Buracos” lançando mão do que seriam seus próprios procedimentos descritivos? Digo ‘seriam’ porque a preocupação em conceituar o “povo” é ‘minha’, ou ‘nossa’, e não ‘deles’<sup>9</sup>.

A autora parte para tal intento a partir da análise dos *modos de conversar*, dos *modos de comer* e da *parenteza* ou, aproximando da linguagem antropológica, da “comunicação”, da “alimentação” e do “parentesco”. Nesse sentido, como admite a autora, ainda que o resultado não seja uma descrição propriamente *buraqueira*, pois tal preocupação não está presente entre o *povo dos Buracos*, trata-se de uma descrição mais próxima – ou menos distante – desta.

Partindo dessa inspiração, passamos agora a descrever alguns outros termos que, na região estudada, ‘quilombolas’ e ‘pomeranos’ utilizam em seu cotidiano para marcar diferenças. Como veremos, as categorias quilombola e pomerano são apenas algumas das possibilidades no interior de um campo mais vasto de termos.

Quando desejam reportar-se aos negros, no mais das vezes os pomeranos ou utilizam o termo quilombola ou o termo *moreno*<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Conforme explica em seu trabalho, a autora utiliza alternadamente aspas duplas e aspas simples com o intuito de distinguir os termos *de cá* (antropológicos) dos termos *de lá* (nativos).

<sup>10</sup> Leticia de Faria Ferreira e Patrícia Marasca Fucks (2014) observam que, na localidade de São Paulo das Tunas, no município de Giruá, na região noroeste do Rio Grande do Sul, também é comum a utilização do termo *moreno* entre os colonos alemães para referir-se aos quilombolas que vivem na região.

Nesse contexto, a maior parte dos quilombolas refere-se a si próprio como *quilombola* ou como *negro*. O termo negro é acionado no cotidiano, mas também é utilizado pelas lideranças, alternando com o termo quilombola, em falas politizadas, como se percebe na fala de Nilo:

Tudo que vinha do negro era feio. Então as pessoas não se assumiam negras porque o que mais falavam era que tudo que vinha do negro não prestava. Ficava um serviço errado: isso é coisa de negro. (Nilo Dias, presidente da Comunidade Quilombola do Algodão).

Segundo Nilo, no passado os pomeranos os chamavam também de *negros ladrões*. Conforme relata: *Olha, como eram chamadas antigamente as comunidades quilombolas? Eram chamadas dos negros ladrões.*

Alguns negros, sobretudo mais velhos, também costumam utilizar o termo *carambola*<sup>11</sup> para referir-se a sua atual condição de membros de comunidade quilombola.

Os pomeranos alternam sua autoidentificação entre esse e o termo *alemão*. Como relata uma interlocutora:

Nós falávamos tudo em pomerano lá também [no município de Santa Cruz do Sul, onde tinham ido para vender fumo]. Aí uma [pessoa] falou uma coisa para mim em alemão legítimo e eu não entendi. [...] Lá na firma onde nós fomos vender fumo. Aí ela disse umas coisas e eu não entendi. Eles falavam de outro jeito. Minha nossa! [...] Aquela é *Hunsrückisch*. Eu não entendi uma palavra que eles disseram. Bem ligeiro eles falam. É, nós, assim, entre nós, nós dizemos que falamos alemão. Mas agora a gente diz que é pomerano. A gente confunde ainda. (Dona Dora Klasen, colona pomerana).

As identidades de alemães e de pomeranos mantêm relação estreita com o idioma falado por cada um desses grupos. Como veremos a frente, no passado acreditava-se que o pomerano não passava de um dialeto do *Hunsrückisch*, idioma falado pelos imigrantes alemães de origem renana<sup>12</sup>. Atualmente, contudo, tanto estudiosos quanto os próprios pomeranos reconhecem tratar-se de dois idiomas distintos<sup>13</sup>. Assim,

---

<sup>11</sup> Como observam Alexandre Daros *et al.* (2007), o uso do termo *carambola* também é comum entre membros de comunidades quilombolas – bem como, em referência a seus membros, entre colonos alemães e italianos – da localidade de São Roque, município de Arroio do Meio, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

<sup>12</sup> Esses imigrantes são originários da região da Renânia, no sudoeste da atual Alemanha.

<sup>13</sup> Ver, a respeito, o trabalho de Ismael Tressmann (2008). Sobre a utilização da língua pomerana no cotidiano e a situação de bilinguismo de famílias moradoras da Serra dos Tapes, ver o trabalho de Marina Marchi Mujica (2013).



pode-se dizer que é pomerano quem fala o idioma pomerano e renano (ou alemão) quem fala o *Hunsrückisch*. No dia a dia, contudo, pomeranos se reconhecem muitas vezes como alemães e se dizem falantes de alemão, ainda que um alemão diferente do falado pelos renanos<sup>14</sup>.

Mas não basta ser falante do idioma para ser considerado pomerano. É interessante notar que, no contexto estudado, muitos quilombolas são falantes desse idioma. Ainda que não sejam muito bem aceitos, existem casamentos entre membros dos dois grupos, o que leva muitos quilombolas a aprender o pomerano. No passado, também era comum que aprendessem o idioma ao trabalhar em propriedades de pomeranos, muitos dos quais não falavam português. Além disso, recentemente, a escola da Colônia Triunfo, que atende a quilombolas e a pomeranos, reativou uma disciplina de *língua pomerana e cultura afro*. Na disciplina são ensinados elementos da língua pomerana, intercalados com elementos tomados como de origem cultural africana.

Também quilombolas utilizam os dois termos, alemão e pomerano, para referir-se a colonos. Alguns pomeranos costumam queixar-se de que quilombolas utilizam pejorativamente o termo *alemão* seguido de adjetivos como *batata* e *de merda*, conforme relatado abaixo por uma colona de origem pomerana:

Os quilombolas que tem por aqui, eles não chamam nós de... como é que se diz... a gente mora no Brasil, a gente é brasileiro também, né. Eles chamam nós de alemão-grosso. Alemão-batata. Assim eles falam. Alemão-de-merda. Quando eles estão bêbados. Eles trabalham com gente, assim, mas tem uns... olha...

Além dos termos pomerano e alemão, emprega-se também o termo *de origem*, que faz referência não apenas a pomeranos mas a descendentes de imigrantes europeus que vieram para o Brasil no processo de colonização. É bastante utilizado pelos negros para referir-se a colonos, não fazendo distinção se são pomeranos/alemães ou de outra origem étnica<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Segundo Neubiana Silva Veloso Beike (2013), o termo *pomerano* é a forma latinizada da palavra alemã *Pommersch*. De acordo com essa autora, além do *Pommersch* (forma em alemão), há menções, com referência à fala pomerana, a *Pomeranian* (forma inglesa, utilizada nos Estados Unidos), *Plattdeutsch* (para os pomerano-brasileiros, que se referem dessa forma à língua), sendo ainda possível encontrar as denominações *Pommerschplatt* ou *Pommeranisch*.

<sup>15</sup> Seyferth (1992) aponta a utilização do termo *de origem* também entre colonos de distintas etnias no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Segundo a autora, para além das diferenciações entre alemães, italianos e poloneses, a categoria colono inclui a todos e assume forte componente étnico. Assim, são colonos ou *de*

Na região estudada, *brasileiro* ou *pelo duro* são termos utilizados pelos *de origem*, europeus de distintas procedências, para referir-se aos que não são, como eles, *de origem*, mas que também não são negros. Esses últimos, como já visto, são chamados de *morenos*.

Também o termo *branco* é empregado por muitos quilombolas para referir-se aos pomeranos. Neste caso, como no *de origem*, não se faz distinção clara entre pomeranos e outros. Todos são *não-negros* ou *não-quilombolas*, como também se referem.

Entre os pomeranos, também é comum o uso do termo *tuca* para referir-se às pessoas que não são *de origem*. A palavra *tuca* é um termo classificatório usado pelos pomeranos para inferiorizar “estrangeiros”, sujeitos que vêm de fora e que, no contexto das comunidades pomeranas e alemãs, refere-se, basicamente, a luso-brasileiros e negros. Seu Adalberto, agricultor pomerano de uma pequena comunidade rural do município de São Lourenço do Sul, procurou explicar o significado e origem do termo:

Essa é uma história engraçada. Tinha um tropeiro, então na época de 1923, quando arrebentou a Revolução<sup>16</sup>, eles vinham aqui, esses tropeiros vinham para buscar cavalo na colônia. Então tinha cavalo bom e eles levavam e depois vendiam. Aí, no fim da guerra, sobrou muito cavalo, o que eu vou fazer com isso? Depois que tinha acalmado tudo e baixado a poeira, eles começaram a vender cavalo. Aí chegaram na casa de um colono para vender o cavalo, mas o cavalo não queria ir e aí o tropeiro começou a puxar e dizer para o cavalo: “vamos cavalo, tuca, tuca, tuca”. Então, quando aparecia um que falava o português misturado como esse aí: “Quem era esse aí? Era um tuca”. Era aquele que queria vender o cavalo e o cavalo não queria ir, tuca, tuca, tuca. O que tinha pele branca era alemão e o que tinha pele morena, o *Schwarz*, era tuca.

Na interpretação do interlocutor, *tuca* é um sujeito com um cavalo empacado, em outras palavras, um tolo. Portanto, *tuca* tem um sentido pejorativo. O termo serve tanto para designar os luso-brasileiros que não compreendem o idioma pomerano como também os negros. Porém, é muito comum ouvir pomeranos e alemães usando a expressão *Schwarz*, que é utilizada especificamente para referir-se a pessoas negras. O termo *Schwarz* é indicativo da cor da pele do sujeito, sendo que a palavra está presente em dicionários contemporâneos da língua alemã, tendo como tradução *negro* ou *preto*.

---

*origem* aqueles que compartilham a crença em uma origem comum, europeia, além de certos valores, como o apego à terra e ao trabalho, diferenciando-se dos *caboclos* ou *brasileiros*.

<sup>16</sup> A Revolução de 1923 foi um combate entre as forças do Governador do Estado, Borges de Medeiros, e seus opositores.

O *tuca* ou *Schwarz* é um sujeito indesejado nas relações matrimoniais pomeranas, por isso os termos possuem também sentido classificatório na delimitação de parceiros possíveis e aceitáveis nas relações afetivas e matrimoniais. Contudo, ainda que para os pomeranos contrair casamento com luso-brasileiros ou negros seja considerado indesejado, existem na região casamentos entre esses grupos.

Apesar da existência de casamentos interétnicos, persiste em comunidades pomeranas e alemãs forte resistência e muitas vezes preconceito velado em relação às pessoas de origem portuguesa e, especialmente, em relação a negros. Entre as famílias rurais pomeranas estudadas do município de São Lourenço do Sul, foi possível apreender que casamentos com pessoas de origem alemã são valorizados, pois para os pomeranos contrair matrimônio com um sujeito de origem “alemã” significa um indicativo de ascensão social. Já casamentos com luso-brasileiros não são bem aceitos pelas famílias pomeranas, ainda que mais tolerados do que aqueles envolvendo pessoas negras.

## **AINDA PENSANDO EM CATEGORIAS: COLONOS, AGRICULTORES FAMILIARES E PEQUENOS AGRICULTORES**

Além de marcadores vinculados a distinções étnicas e raciais, existem outros que estão também presentes nas relações entre os membros dos dois grupos no contexto estudado. A categoria *colono* diz respeito, assim como *de origem*, a todos os imigrantes que se estabeleceram através de processo de colonização, recebendo lote de terra. A colônia significa tanto a localidade, como a propriedade em que cada família mora. Por consequência, os descendentes dos imigrantes e que receberam as propriedades desses como herança também são considerados colonos.

Segundo Jean Roche (1969), os termos *colono* e *colônia* têm origem no idioma alemão, respectivamente nos termos *Kolonist* (que se refere ao homem que desbrava e cultiva a terra) e *kolonie* (que diz respeito a um lote ou estabelecimento rural). Cabe notar que o termo *colono* tem sua origem nos projetos estatais de colonização, sendo posteriormente apropriado pelos imigrantes como categoria genérica de identificação. Como aponta Seyferth (1992, p.80), “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Nesse sentido, pode-se sugerir que, na Serra dos Tapes, a diversidade de etnias presentes no processo de colonização apresentou-se como que amalgamada pela identificação comum *colono*, em

processo semelhante ao que Seyferth (1992) descreve em estudo realizado no Vale do Itajaí, Santa Catarina, em outro trabalho (SEYFERTH, 1994) caracterizado como “identidade camponesa compartilhada”<sup>17</sup>.

No contexto estudado, contudo, *colono* diferencia-se do termo *de origem*, pois diferentemente do que se dá no Vale do Itajaí estudado por Seyferth (1992), também é muitas vezes empregado para designar brasileiros que possuem e trabalham em uma pequena propriedade. Além de alemães, pomeranos, italianos e imigrantes oriundos de outros países e regiões, na Serra dos Tapes, conforme observam Salamoni e Waskiewicz (2013), também foram criadas colônias com famílias brasileiras.

Alternativamente a *colono*, também são utilizados os termos *pequeno agricultor* e *agricultor familiar*. No entanto, esses são muito menos frequentes. Pode-se sugerir que o uso dessas expressões está vinculado à atuação de entidades ligadas à produção agrícola na região. Por um lado, as empresas fumageiras, que estabelecem contratos com os produtores de fumo. Por outro, organizações que prestam assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER) e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Esse último, vinculado à IECLB, trabalha diretamente com comunidades quilombolas, mas também com agricultores familiares que produzem alimentos (incentivando-os no sentido da transição para a agroecologia) e com povos indígenas.

Utilizam-se as categorias *diarista*, *empregado* e *peão* para designar aqueles que trabalham nas propriedades de outros e recebem remuneração por dia de serviço prestado. São tanto quilombolas como pomeranos, ainda que o mais frequente é que sejam os primeiros a vender sua força de trabalho. Se é mais comum que aqueles que contratam refiram-se a partir dos dois últimos termos (empregado e peão), também é mais comum que aqueles que são contratados empreguem o primeiro (diarista). Essas expressões, contudo, apontam não para as atividades desempenhadas, mas sim para a condição de assalariamento em que se encontram.

A esse respeito, em campo, chamou a atenção que uma interlocutora, mesmo trabalhando para colonos e recebendo por dia de serviço, tenha afirmado não ser diarista

---

<sup>17</sup> Machado, Menasche e Salamoni (2015), a partir de pesquisa realizada em localidades no município de Pelotas com forte presença de colonos italianos, mostram que apesar de existir um processo de apelo à identidade italiana, a uma “italianidade” idealizada, no cotidiano dos habitantes dessas localidades há um compartilhamento de práticas entre italianos e alemães que também ali vivem. As autoras chamam, assim, a atenção para a “identidade camponesa compartilhada” – tal como formulada por Seyferth (1994).

e sim *agricultora que trabalha por dia*. Ela disse: *eu trabalho para fora, de agricultora, assim, no fumo. Eu trabalho de agricultora, por dia*. Parecia com isso querer afirmar que o que configura sua identidade é o tipo de atividade que realiza, como agricultora, e não a forma de remuneração recebida, por dia.

O termo *patrão* designa aquele que contrata força de trabalho de diaristas. São proprietários, em geral colonos pomeranos. Há ainda a categoria *fumicultor*, que se refere àquelas pessoas – tanto quilombolas quanto pomeranos – que possuem pequenas propriedades e trabalham com a produção de fumo, como mencionado anteriormente, atualmente principal atividade produtiva desenvolvida pelas famílias rurais na região.

Por fim, também há o termo *parceiro*, que designa aquelas pessoas que vivem do arrendamento de terras, ou como é referido no contexto estudado, que trabalham de *sociedade, de meia* ou em *parceria*. A sociedade consiste em um acordo em que uma das partes (o proprietário da terra, em geral colono pomerano) cede uma área para plantio de fumo e o parceiro cede sua força de trabalho. As duas partes dividem igualmente os gastos com a produção e posteriormente os lucros com a venda do produto. No entanto, uma vez que as sociedades não são mais tão frequentes como antigamente, o emprego da categoria também passou a não o ser.

Abaixo, organizamos um quadro sistematizando os termos apresentados até aqui. Nas duas primeiras colunas aparecem expressões utilizadas por quilombolas como autodenominações e denominações a eles atribuídas. Já nas duas últimas, estão autodenominações utilizadas por pomeranos e denominações a eles atribuídas. Na parte superior do quadro constam os termos de conotação étnica e abaixo estão outros termos, como aqueles que designam as atividades desenvolvidas por essas pessoas.

<b>Quilombolas</b> (auto denominações)	<b>Quilombolas</b> (denominações atribuídas)	<b>Pomeranos</b> (auto denominações)	<b>Pomeranos</b> (denominações atribuídas)
<b>termos de conotação étnica</b>			
negro quilombola	moreno quilombola Schwarz tuca	alemão colono de origem pomerano	alemão alemão batata alemão de merda branco colono de origem não-negro não-quilombola pomerano
<b>outros termos</b>			
diarista fumicultor parceiro patrão	empregado peão pequeno produtor produtor familiar	diarista fumicultor parceiro patrão	empregado peão pequeno produtor produtor familiar

**Quadro 1:** Termos empregados em referência a quilombolas e pomeranos<sup>18</sup>

## **QUILOMBOLAS E POMERANOS: SOBRE PROCESSOS POLÍTICOS**

Pode-se sugerir que a utilização de muitos dos termos apresentados acima esteja relacionada com a vinculação das pessoas com instituições específicas e com os usos políticos que são feitos das expressões. A categoria colono, por exemplo, como antes mencionado, surgiu com o projeto político de colonização e foi apropriada pelos imigrantes como categoria genérica de identificação, passando a designar todos os imigrantes europeus não-ibéricos e a servir como elemento de diferenciação em relação aos demais grupos (SEYFERTH, 1992).

Da mesma forma, as categorias *pequeno agricultor* e *agricultor familiar* têm origem e difusão associadas a processos políticos. Segundo Delma Pessanha Neves (2007), no Brasil, ao final da década de 1990, o termo pequeno agricultor, até então usual

<sup>18</sup> Os termos estão dispostos em ordem alfabética.

nos cenários político e acadêmico, foi substituído pelo termo agricultor familiar. A autora observa que, enquanto o primeiro fazia referência ao tamanho das propriedades, o segundo destacava o tipo de trabalho realizado – no caso, familiar, em diferenciação da agricultura patronal, realizada com mão de obra assalariada. Contudo, se na esfera política o termo agricultor familiar teve o mérito de agregar diferentes grupos sociais na busca por reconhecimento de direitos, seu enfoque como categoria socioprofissional pode obscurecer a análise das especificidades de cada grupo: nem sempre os elementos centrais na definição de suas identidades e modos de vida são a agricultura ou o trabalho familiar. Os dois termos – pequeno produtor e agricultor familiar – enfocam fortemente a atividade econômica dessas pessoas, colocando de lado outros elementos, como origem étnica e filiação religiosa, por exemplo.

Pode-se sugerir que várias das categorias que outrora agregavam analítica e politicamente grupos sociais diversos, atualmente perderam força. Vale lembrar o debate sobre a morte anunciada do campesinato, como proposto por Mauro Almeida (2007), ao indicar que a noção de campesinato empregada por diversas teorias sociais perdeu seu poder explicativo. No entanto, para o autor, visto que continuam no cenário contemporâneo, não foram os grupos camponeses enquanto sujeitos sociais que desapareceram, como algumas dessas teorias previam, mas sim as “grandes narrativas”, aquelas teorias que pretendiam dar conta de um variado espectro de situações sociais.

Para o caso da região estudada, como já mencionado, podemos sugerir que, em boa medida, o uso dos termos pequeno agricultor e agricultor familiar está vinculado à atuação de entidades ligadas à produção agrícola. Percebe-se, no entanto, que quando em comparação ao termo *colono*, os termos pequeno agricultor e agricultor familiar são bem menos empregados no cotidiano, possivelmente por *colono* ser termo menos restrito à atividade profissional, sendo associado às identidades de descendentes de imigrantes.

Por outro lado, foram também fortalecidas identidades de grupos antes aglutinados pela categoria campesinato. É assim que podemos, por exemplo, observar como a dimensão étnica tem adentrado na esfera política: vários grupos antes abarcados sob a rubrica aglutinadora “camponeses” passaram a destacar-se a partir de suas particularidades, dentre essas as étnicas. Também nesse sentido podemos pensar a consolidação dos termos quilombola e pomerano entre os moradores da região estudada, como associados a processos políticos específicos e relações entre pessoas e instituições.

O processo de emergência de identidades étnicas está associado a movimento social mais amplo e vinculado ao surgimento de políticas de salvaguarda de povos e comunidades tradicionais. Segundo Regina Abreu (2005), esse processo teve início nos anos de 1990, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – anunciou a preocupação com o desaparecimento dos chamados povos tradicionais diante do aprofundamento da globalização. É nesse quadro que a UNESCO passou a recomendar que os Estados Nacionais criassem políticas de proteção para salvaguardar o conhecimento e as culturas de povos e comunidades tradicionais. Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), os conhecimentos nativos, até então contestados, atualmente estão na base do reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Neste contexto, nas últimas décadas, vários movimentos sociais surgiram a partir da emergência de identidades étnicas reivindicando direitos territoriais e sociais.

A categoria quilombola, por exemplo, não fazia parte da realidade das famílias negras desta região até há bem pouco tempo. Quando passaram a buscar junto às esferas políticas o reconhecimento de direitos, o termo ganhou força e passou a integrar seu vocabulário cotidiano, sendo utilizado também como marcador identitário. Entre outras instituições, o grupo estabeleceu relações com a Fundação Cultural Palmares, que reconheceu as comunidades do Algodão e da Favila como remanescentes de quilombo, e com o Fórum de Agricultura Familiar. Esse Fórum, segundo Carla Rech e Pedro Robertt (2014), constitui-se enquanto arranjo multiorganizacional e foi criado em 1995 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Clima Temperado), sediada em Pelotas, com o objetivo de implementar ações para o desenvolvimento sustentável do meio rural na região sul do Rio Grande do Sul<sup>19</sup>. Para essas instituições, a categoria quilombola já era consolidada.

Segundo Eliane Cantarino O'Dwyer (2005), antes associada estritamente ao passado escravocrata, a categoria comunidade remanescente de quilombo foi atualizada com o advento da Constituição Federal de 1988, mais precisamente a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)<sup>20</sup>. O artigo tinha como

---

<sup>19</sup> Participam do Fórum organizações governamentais e não governamentais ligadas a agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas (RECH; ROBERTT, 2014).

<sup>20</sup> Note-se que a introdução no texto constitucional de direitos étnicos ou diferenciados ocorreu por meio de “Disposições Transitórias”, não como parte permanente da Constituição. Ilka Boaventura Leite (2000)



objetivo conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estivessem ocupando suas terras, garantindo a titulação definitiva pelo Estado. Segundo essa autora, contudo, tal expressão não nominaria diretamente, no contexto atual, indivíduos, grupos ou populações, o que coloca a questão de quem seriam os chamados remanescentes de quilombo, que teriam seus direitos atribuídos pelo dispositivo legal.

O termo quilombo deve sua existência ao período do Brasil Colônia<sup>21</sup>, sendo que já então tinha significado ambíguo. Rubert e Silva (2009) observam que quilombo exprimia, ao mesmo tempo, sentido de afronta à ordem instituída, portanto passível de repressão, e sentido de forma de resistência ao cativo. Essas formas de resistência teriam se dado tanto de maneira direta quanto indireta. Desse modo, os autores citados destacam, no Rio Grande do Sul – região focalizada em seu estudo –, o tradicional esconderijo/refúgio, a doação testamental por parte de antigos senhores/estancieiros, a compra (ainda que paga não apenas em dinheiro, mas também com trabalho ou outros bens), a posse de terrenos devolutos e impróprios a atividades produtivas dominantes e a recompensa por participação em guerras e revoluções. É assim que, a partir do artigo 68 do ADCT, o termo quilombo consagrou-se como símbolo aglutinador das mais variadas formas de resistência “às mais variadas práticas de discriminação racial, às hierarquias raciais historicamente reproduzidas e à recorrente desatenção, por parte do poder público, das necessidades específicas dos afrodescendentes” (RUBERT; SILVA, 2009, p. 257-258).

Como observa Almeida (2011, p.162):

O que mais chama a atenção, quando refletimos sobre o advento da categoria **quilombola**, é que passados 21 anos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que foi tratado pelos legisladores como categoria residual produto de uma classificação externa, fundada na idéia de “remanescente”, tem sido redefinido e ampliado pela força das mobilizações e demandas de agentes sociais que assim se autodenominam se constituindo hoje numa identidade coletiva objetivada em movimento social. (grifo do autor).

---

comenta que à época acreditava-se que a sociedade brasileira estava em processo de “embranquecimento” e que por isso não faria sentido uma lei definitiva para as comunidades quilombolas.

<sup>21</sup> A fim de tentar dirimir equívocos possíveis na interpretação dos termos colônia e colonial, optamos por usar a expressão Brasil Colônia (em maiúsculas) quando nos referimos ao período histórico; quando tratar-se de temas relacionados aos projetos estatais de colonização ou a questões relacionadas à vida dos colonos, os termos aparecerão com letra minúscula.

Esse autor aponta ainda para certa dispersão geográfica das autodenominações das comunidades. Cabe registro aos termos *mocambeiro*, no Baixo Amazonas e na região do Gurupi (Tocantins), e *calhambolas* na Baixada Maranhense e no Amazonas. Contudo, apesar de não haver unanimidade, a grande maioria dessas comunidades no Brasil assumiu o termo quilombola e, segundo o autor, há tendência para que as demais façam o mesmo.

Assim como quilombola, o emprego corrente do termo pomerano tampouco tem existência longínqua na vida dos habitantes da Serra dos Tapes. Conforme mencionado anteriormente, a Pomerânia situava-se ao norte da Europa, na costa sul do mar Báltico. Segundo Filipe Monteiro e Igor Mello (2008), Pomerânia significa “terra perto do mar”. Em 1806, seu território foi invadido pelos exércitos de Napoleão Bonaparte e anexado à Prússia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, esse território seria repartido entre Alemanha e Polônia. Os pomeranos que até então não haviam migrado – muitos já o haviam feito –, abandonaram por completo a região. Desde o século XIX, ocorreram levadas de migração oriundas da Pomerânia destinadas, sobretudo, ao Brasil, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam imigrantes oriundos da Pomerânia (MONTEIRO; MELLO, 2008).

Na Serra dos Tapes, desde o início do processo de colonização os pomeranos foram identificados como alemães. Como aponta Carmo Thum (2009) em estudo sobre a cultura pomerana nesta região, como à época da emigração a Pomerânia estava sob o domínio político da Prússia, os pomeranos que chegaram ao Brasil foram registrados como imigrantes prussianos. A esse fato somou-se, segundo o mesmo autor, um ideal germanista levado a cabo pelos imigrantes alemães, especialmente os de origem renana, situados na região norte do Rio Grande do Sul, que, para afirmar-se diante da sociedade nacional, buscavam unidade entre os grupos de imigrantes germânicos em detrimento de suas particularidades. Assim, ainda que renanos e pomeranos fossem considerados alemães, os segundos eram classificados como de tipo inferior. Entre os motivos para tal inferiorização estavam a condição étnica e a origem camponesa dos pomeranos.

Diferentemente de imigrantes alemães, que ocuparam posições de destaque na vida política da nova colônia, atuando em atividades urbanas socialmente mais valorizadas, os pomeranos permaneceram, em grande medida, no meio rural. Julgados à luz de valores da sociedade urbana, os pomeranos são percebidos como sujeitos inferiores, uma vez que na relação com o mundo urbano esses sujeitos passaram a viver o

estigma do camponês atrasado<sup>22</sup>. Nesse sentido, os colonos pomeranos têm em comum com camponeses de outras origens étnicas o mesmo estigma associado à sua condição de vida e trabalho no meio rural.

No caso dos pomeranos, entretanto, a origem étnica parece implicar em um estigma adicional. Em trabalho que analisa a influência da ideia de raça sobre a política nacional de colonização, Seyferth (2002) indica que imperavam princípios classificatórios sobre essa política. Segundo a autora, imigrantes alemães e italianos eram situados no topo da hierarquia dos “bons agricultores”, pois eram considerados perseverantes, resignados e habilidosos. Essa autora evidencia uma hierarquia étnica entre os imigrantes, em que alemães e italianos sempre apareciam no topo. Neste contexto, imigrantes de outras origens étnicas, como, por exemplo, pomeranos, eram inferiorizados. Os pomeranos sofreram, portanto, uma dupla estigmatização, dada por sua origem camponesa e por sua condição étnica.

Observa-se, contudo, que na última década um processo de sentido contrário à estigmatização, pautado por diversas ações e políticas de valorização do patrimônio cultural pomerano, vem sendo promovido, sobretudo pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, onde há presença significativa de pomeranos. Observa-se que o poder público desse município passou a investir em uma política local de valorização do passado, da memória e do patrimônio cultural das famílias rurais de origem pomerana. É nesse contexto de construção e afirmação de uma nova pomeraneidade que se constituíram iniciativas como a rota de turismo rural Caminho Pomerano e a *Südoctoberfest*<sup>23</sup>, considerada a maior festa germânica do sul do Rio Grande do Sul.

O Caminho Pomerano e a *Südoctoberfest* – assim como a encenação da chegada dos imigrantes, realizada nos anos de 2008 e 2009 em São Lourenço do Sul, por ocasião da comemoração do sesquicentenário<sup>24</sup> da imigração – podem ser entendidos a partir de uma perspectiva mais ampla, em que se constitui uma política nacional de valorização do

---

<sup>22</sup> Principalmente a partir da revolução industrial e com o processo de urbanização das cidades as práticas e modos de vida camponeses foram sistematicamente desvalorizados em diferentes sociedades, implicando em uma visão do campo como um espaço marcado pelo atraso técnico, econômico e intelectual de seus moradores. Para aprofundar o assunto, vale ver o trabalho de Raymond Williams (1990), *O campo e a cidade, na história e na literatura*.

<sup>23</sup> A *Südoctoberfest* é uma festa de cunho étnico realizado anualmente no mês outubro. Com duração de três dias a festa é baseada na música, dança, comida e folclore de origem alemã e pomerana.

<sup>24</sup> Na ocasião um grupo de cerca de 100 pessoas vestindo roupas típicas da época da colonização simularam, no porto do município, o desembarque dos imigrantes alemães e pomeranos.

patrimônio imaterial. Conforme apontam Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e Roberto Heiden (2009), a promulgação da Constituição Federal de 1988 incorporou a dimensão imaterial às políticas de patrimonialização, que até então estavam voltadas apenas a bens como edificações e obras de arte.

Abordado no interior dessas manifestações sociais, o patrimônio passa então a se identificar, para além do material, com aquelas expressões que caracterizavam uma Nação plural, multiétnica, composta por diferentes matizes culturais. As celebrações religiosas, as formas de expressão, os lugares e os saberes que atravessavam gerações, passaram a ter um papel fundamental naquilo que se denominou Patrimônio Cultural Nacional, cuja tarefa de proteção passou a ser uma atribuição do Estado, definida no próprio texto constitucional de 1988 (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p.138).

Para esses autores, as ações municipais observadas em São Lourenço do Sul se dão no processo de valorização do patrimônio cultural imaterial, tendo como objetivo a valorização do grupo étnico, mas também a movimentação do setor turístico e da economia local.

Vale ter presente que as ações observadas em São Lourenço do Sul são ainda influenciadas por outras iniciativas de valorização da cultura pomerana, realizadas no Espírito Santo, estado que possuiu a maior colônia de imigração pomerana do Brasil. Em vários municípios capixabas, o bilinguismo é reconhecido e o idioma pomerano é ensinado em escolas de comunidades pomeranas. A partir de sua representação no Espírito Santo, os pomeranos têm mantido papel ativo nos fóruns de debate dos povos tradicionais, com destaque para sua participação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Como se pode perceber, apesar de terem entre seus objetivos pretensões com o fomento do setor turístico e da economia local, tais iniciativas de valorização do patrimônio cultural pomerano têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade. Desta forma, os colonos pomeranos, que antes sofriam com a dupla estigmatização – por sua origem camponesa e por sua condição étnica –, atualmente parecem sentir-se mais valorizados. Se antes ninguém se afirmava de origem pomerana, hoje muitos parecem querer ser pomeranos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Se no passado ser pomerano era sinal de inferioridade, na atualidade nota-se uma inversão nessa classificação. É assim que chama atenção o fato de propriedades de descendentes de imigrantes alemães (renanos) tornarem-se pontos de visitação no Caminho Pomerano.

Percebe-se que a nova fase de democracia do Estado brasileiro, marcada pela abertura democrática nos anos 1980 e pela promulgação da Constituição Federal, em 1988, criou “novos” sujeitos de direitos. A esse respeito, Eder Sader (1988), analisando os movimentos populares de São Paulo no período de 1970 a 1980, já apontara o surgimento de novos sujeitos (tais como, à época, o Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a Oposição metalúrgica de São Paulo, o Clube de mães da periferia Sul de São Paulo e as “Comissões de Saúde” da periferia leste). Para o autor, esses novos sujeitos estariam menos atrelados às instituições e organizações existentes, como as igrejas, sindicatos e partidos políticos e mais alinhados às novas orientações políticas que adentravam a sociedade.

Nesse mesmo sentido, outros sujeitos viriam a colocar-se no cenário político nacional, afirmando seu lugar na esfera política através de identidades étnicas. Como observa Marcelo de Oliveira (s. d.), com vistas a tornar-se uma sociedade pluriétnica e multicultural, o Estado brasileiro contribuiu para o surgimento desses novos sujeitos de direito. Almeida (2008) observa que as formas de associação e atuação política de grupos tradicionais têm incorporado a dimensão étnica. Essas atuações estariam voltadas, sobretudo, para o reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados. Nesse sentido, o autor destaca o surgimento, nas últimas décadas, de movimentos sociais organizados não mais essencialmente a partir da esfera sindical, mas também a partir da dimensão étnica. Aponta também o surgimento de “novas” identidades coletivas, tais como quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras-de-coco-babaçu, pescadores, ribeirinhos, atingidos por grandes obras, moradores de fundos de pasto e faxinalenses, além dos povos indígenas<sup>26</sup>.

Nesse processo de organização política através da dimensão étnica e da busca por direitos, sobretudo territoriais, podemos perceber ainda outras ações voltadas para a valorização da diversidade étnica e cultural. É o caso das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial de diferentes grupos culturais.

Pode-se sugerir que tais processos influenciaram a consolidação das categorias *quilombola* e *pomerano* na Serra dos Tapes. Percebe-se, na região estudada, que *negros* e *alemães* passaram a incorporar os termos *quilombolas* e *pomeranos* mais frequentemente. Tanto na esfera das atuações políticas quanto na esfera do cotidiano, observa-se que essas

---

<sup>26</sup> O autor menciona ainda os pomeranos da região de Pancas (ES), que habitam área de preservação ambiental, e os ciganos, considerados nômades e desterritorializados.

identidades são acionadas. Os termos, contudo, são empregados conjuntamente com outros já descritos, como *negro*, *moreno*, *alemão* e *alemão-batata*. Ainda que, atualmente, os moradores da região estudada empreguem as categorias quilombola e pomerano como marcadores de diferença, esses não se tornaram exclusivos. São, isto sim, expressões a mais no contexto de relações entre os dois grupos. Nesse sentido, tanto os termos marcadores de diferenças em sentido estrito, quanto as identidades entendidas de forma mais ampla são acionados como mediadores entre as relações desses grupos. Como já argumentava Fredrik Barth (2000), não apenas as diferenças culturais distinguem um grupo de outro, mas também as fronteiras étnicas cumprem esse papel, isto é, as definições daqueles que pertencem e dos que não pertencem a determinado grupo, bem como os contrastes entre suas identidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No âmbito do uso ideológico da tradição e do patrimônio, o apelo ao essencialismo tem se configurado em estratégia de construção, elaboração e ressemantização da identidade cultural de muitos grupos sociais. Os atuais processos de etnização e o recurso ao essencialismo emergem muitas vezes de contexto de lutas identitárias e de processos reivindicatórios que tiveram lugar nas políticas públicas brasileiras na última década. Assim é que autores como Gayatri Spivak (1987) têm falado em essencialismo estratégico, ou seja, um tipo de essencialismo que estaria imbricado em solidariedades dirigidas à ação social. Entretanto, mesmo que motivado por ações militantes e dirigidas à ação social, o essencialismo pode alojar discursos perigosos mobilizados por uma espécie de purismo étnico, muitas vezes ocultando o próprio processo de acúmulo, comunicação e intercâmbio entre diferentes grupos e sociedades humanas.

A partir dos estudos etnográficos aqui discutidos, pode-se perceber que para além das denominações e delimitações propostas pelo Estado e suas políticas públicas, os termos quilombola e pomerano constituem-se como possibilidades dentre outras formas utilizadas como marcadores de diferenças por essas pessoas. Contudo, as políticas de reconhecimento e valorização identitária em voga na região estudada incidem nas vidas de quilombolas e pomeranos, agindo também nas relações entre os grupos. Observa-se a incorporação de novos termos como *quilombola* e *pomerano* no cotidiano dessas pessoas,

coexistindo ao lado de termos presentes há mais tempo, como *tuca*, *Schwarz*, *negro*, *moreno*, *alemão* e *alemão batata*.

Também a partir de políticas públicas de reconhecimento identitário, as distinções parecem ter se tornado mais fixas e as comunidades, cujas fronteiras não eram precisas, passaram a ser mais bem delimitadas. Nesse sentido, pode-se sugerir que as atuais políticas públicas de reconhecimento e valorização identitária têm engendrado novos limites e fronteiras entre os grupos sociais. No entanto, mesmo que quilombolas e pomeranos acionem distintos marcadores identitários para construir fronteiras e ainda que o Estado contribua na delimitação de identidades essencializadas a partir de políticas específicas para um ou outro grupo, como procuramos evidenciar neste trabalho, as relações estabelecidas entre os dois grupos mostram que suas vidas e histórias sempre estiveram imbricadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 37-52, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo” faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008. p. 25-131.

\_\_\_\_\_. Calhambolas, quilombolas e mocambeiros: a força mobilizadora da identidade e a consciência da necessidade. In: **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 162-169.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.

BEIKE, Neubiana Silva Veloso. Do nativo ao pomerano: as línguas, os dialetos e falares vivos de um Brasil pouco conhecido. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 263-283, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

CASSOL, Daniel. Luteranos mantém igreja só para negros há 85 anos no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de abril de 2013, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1266157-luteranos-mantem-igreja-so-para-negros-ha-85-anos-no-sul.shtml>>. Acesso em: 19 ago 2015.

CERQUEIRA, Ana Carneiro. **O “povo” parente dos Buracos**: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro. 2010. 373f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DAROS, Alexandre; KRONE, Evander Eloí; MUNDELESKI, Everton; MENASCHE, Renata. Agriculturas familiares: práticas agrícolas, autoconsumo e modos de vida entre colonos e quilombolas. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

FERREIRA, Letícia de Faria; FUCKS, Patrícia Marasca. Na “casa dos moreno”: relações interétnicas ou solidão negra em terra de alemão? **Cadernos do LEPPARQ**, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 471-481, 2014.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 30, p. 137-154, 2009.

KRONE, Evander Eloí. **Comida, memória e patrimônio cultural**: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata; SALAMONI, Giancarla. Comida, identidade e simbolismo: saberes e práticas alimentares na conformação da italianidade na colônia de Pelotas. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS. (no prelo)

MONTEIRO, Filipe; MELLO, Igor. A Pomerânia é aqui: cultura perdida na Europa sobrevive em terras capixabas. **Revista de História.com.br**, 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/a-pomerania-e-aqui>. Acesso em: 17 dez 2014.

MUJICA, Marina Marchi. **Atitude, orientação e identidade linguística dos pomeranos residentes na comunidade de Santa Augusta – São Lourenço do Sul – RS – Brasil**. 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio



Cezar (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. **Antropolítica**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 91-111, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro. **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do decreto 6.040/2007**. Disponível em: <<http://www.ocarete.org.br/biblioteca/artigos/>>. Acesso em: 19 jan 2015.

RECH, Carla; ROBERTT, Pedro. Reconfigurando práticas sociais: as comunidades quilombolas e o Fórum de Agricultura Familiar da região sul do Rio Grande do Sul. **Cadernos do LEPPARQ**, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 471-481, 2014.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Carolina Vergara. **Mulheres negras em movimento: trajetórias militantes, negritude e comida no Sul do Rio Grande do Sul**. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-275.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.

\_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **In other worlds: essays in cultural politics**. New York and London: Methuen, 1987.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. São Leopoldo: Unisinos, 2009, 383f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Vale dos Sinos, 2009.

TRESSMANN, Ismael. O pomerano: uma língua baixo-saxônica. **Educação, cultura, sociedade**, Santa Maria de Jetibá, v. 1, p. 10-21. 2008.

WEIDUSCHADT, Patrícia; SOUZA, Marcos Teixeira; BEIERSDORF, Cássia Raquel. Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida. **Identidade!** São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 249-263, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade, na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.